



Ciência Econômica e o Método Austríaco

Hans-Hermann Hoppe

Tradução de Fernando Fiori Chiocca

São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010. (74 páginas)

ISBN: 978-85-62816-18-5

Estabelecer critérios epistemológicos que sejam válidos e verdadeiros é o grande desafio da contemporaneidade. Devido ao paradigma da bifurcação entre sujeito e objeto estabelecido pela filosofia kantiana, todas as ciências encontram uma enorme dificuldade em estabelecer um critério válido e objetivo para embasar o conhecimento. Por isso, debruçado com a finalidade de investigar e solucionar o problema do método científico da economia, o teutônico Hans Hermann Hoppe escreveu em 1995 o livro *A Ciência Econômica e o Método Austríaco*. Norteado pelo dilema de Immanuel Kant (1724-1804) vai utilizar as reflexões de Ludwig von Mises (1881-1973) para advogar que a ciência econômica está fincada em conhecimentos apriorísticos, tal como é a lógica e a matemática, sendo a *ação humana*, por ele apontado como o fenômeno que apresenta essas características dedutivas que se pode garantir ser um conhecimento seguro, correto e verdadeiro.

No capítulo 1 (A Praxeologia e a Ciência Econômica I), o autor revela que diversas correntes de pensamento econômico estão próximos da Escola Austríaca por terem alguns pontos focais comuns, como o livre-mercado, por exemplo. Entretanto, isso baseia-se muito mais numa aproximação política, com finalidade de fazer pressão contra os keynesianos e socialistas. Nutrido do desejo de demonstrar o caráter ímpar da teoria austríaca perante as demais teorias, como a da Escola de Chicago e da Escolha Pública, Hoppe vai diretamente ao fulcro do questionamento central que move a Escola Austríaca sobre o pro-

blema metodológico da ciência econômica. Adotando a sua perspectiva coadunada com a reflexão de Mises para a solução do problema metodológico, Hoppe interpreta que a ciência para o estudo da *ação humana* é a praxeologia (lógica da ação). Induzido pela influência da Crítica da Razão Pura, em que Kant desenvolveu a ideia de que o conhecimento tem proposições analíticas, que são embasadas na lógica formal, caso contrário, as proposições seriam sintéticas. Quando necessitam de observações para estabelecer a veracidade, a conclusão é *a posteriori*; já quando não é necessário a experiência da observação, a proposição é *a priori*. As proposições sintéticas *a priori* têm a natureza autoevidente, não necessitando de nenhuma outra forma de subsídio para justificá-las. Todavia, dentro do pensamento de Kant existe um enorme paradigma: a relação entre sujeito, portador da mente, e os objetos externos. Para solucionar isso, Mises aperfeiçoa a epistemologia kantiana, reivindicando a existência das proposições sintéticas *a priori* consistem nos axiomas da *ação humana*, que para Kant se manifestava só nos valores numéricos dos sistemas matemáticos e geométricos. Mises argumenta que a casualidade confere à ação a maneira de estabelecer um elo entre a mente e a realidade exterior. Pois, agir significa intervir em algum momento precedente, com objetivo de efetivar-se em uma consequência vindoura. Por isso, para Mises a casualidade é o pré-requisito para que exista a ação, bem como, *mutatis mutantis*, a lei da não-contradição é alicerce da lógica. A praxeologia afirma que todas as proposições

econômicas que pretendem ser verídicas têm de se apresentar dedutíveis pela lógica como forma do conhecimento incontestavelmente verdadeiro relativo a aceção da ação. Desse modo, as leis da troca, a lei da utilidade marginal, a lei da associação ricardiana, a lei dos controles de preço, e a teoria quantitativa da moeda são consequências lógicas a partir do axioma da ação, que consiste na causalidade.

A grande importância de que a ciência econômica seja fundamentada no axioma da ação, dedutível, sintético e a priori, é de evitar que ela venha a se torna um juízo posterior, o que acarretaria na possibilidade de realização de previsões do vindouro. Nos capítulos seguintes Hoppe estabelece um diálogo com as demais correntes, ao denunciar as tentativas de transformar a economia em um instrumento de previsão do futuro. No primeiro momento, contrariando a relação entre a economia e as ciências naturais, como a física, num ramo do empirismo-positivismo, e no segundo momento, dos historicistas-hermenêuticos.

O capítulo 2 (A Praxeologia e a Ciência Econômica II) do livro consiste na crítica à corrente que tenta criar um paralelo entre a física e a ciência econômica. Colocando o critério da experiência empírica para estabelecer a economia como um juízo de valor analítico *a posteriori*. É impossível que os métodos empíricos da física possam se relacionar com as ciências sociais. O empirismo pretende explicar as ações como qualquer outro fenômeno físico, por intermédio de hipóteses causais, contrariando a própria doutrina que afirma não existir conhecimento *a priori*. O empirismo defende que as experiências serão julgadas na sequência de eventos, de forma que umas se confirmem ou se refutem. Para isso ocorrer, será necessário pressupor uma constância no decorrer do tempo na atuação das causas. Essa seria então uma forma *a priori*, o que não é admitido pelos empiristas. Outra contradição é que os empiristas utilizam-se dessa constância para interpretar a lógica da história. Hoppe frisa, citando o livro *Ação Humana* de Mises, “*não existem causas empíricas constan-*

tes no campo da ação humana” (p. 33). Ninguém é capaz de antever o quanto vai necessitar de açúcar durante um ano. Podem haver sugestões; contudo, serão prognósticos de nenhum caráter científico, que apenas a praxeologia é capaz de apresentar.

Prosseguindo, no capítulo 3 (A Praxeologia e os Fundamentos Praxeológicos da Epistemologia I) Hoppe realiza uma digressão ao introduzir a finalidade da obra dividida em duas etapas. Na primeira, expor a solução formulada por Mises para o problema da fundamentação da ciência econômica. Na segunda, demonstrar que essa reflexão de Mises é mais do que um pensamento incontestável.

Retomando ao caráter crítico, no capítulo 4 (A Praxeologia e os Fundamentos Praxeológicos da Epistemologia II), Hoppe contrapõe à corrente historicista, que ganhou força novamente no academia no ocidental com as correntes hermenêuticas, desconstrutivistas e do anarquismo epistemológico. Segundo a postura dos historicistas e do relativismo, seguindo a máxima do “tudo é possível”, não estabelece leis objetivas, reduzindo as ciências sociais, e consequentemente a ciência econômica, a questões estéticas. A ausência de critério objetivo já leva o historicismo a contradição. Afinal, para que se possa dizer algo específico sobre alguma coisa, o historicista, bem como os hermenêuticos, devem assumir que aquilo que falam é verdadeiro e objetivo. Toda interpretação é uma ação subjetiva, contudo, ela deve estar dentro de um arcabouço de leis lógicas que permitam ser validadas pela própria interpretação como algo existente e válido.

Após demolir todos os argumentos básicos das duas perspectivas concorrentes Hoppe segue os objetivos determinados no capítulo 3. Seguindo para o capítulo 5 (A Praxeologia e os Fundamentos Praxeológicos da Epistemologia III), é retomado ao eixo central do estudo da praxeologia, analisando os axiomas da ação. Hoppe pretende demonstrar a solução de Mises para o problema da fundamentação epistemológica ciência econômica,

para isso, voltando sua análise para os axiomas da ação.

Depois de ter apresentado no primeiro capítulo a causalidade como um dos primeiros axiomas da ação, Hoppe afirma que a argumentação é o segundo axioma praxeológico. Pois ninguém pode realizar uma ação argumentando que não está agindo sem se autocontradizer. Logo, os axiomas da ação e da argumentação encontram-se ligados entre si. Do mesmo modo como a geometria euclidiana encontra-se na forma de conhecimento *a priori*, o mesmo vale para ação. Somente é possível agir com um corpo físico, no espaço, que torna possível o estabelecimento de mensuração, permitindo-nos colocar essa mensuração do espaço também como uma interpretação. A ação está sempre munida de interpretação subjetiva das coisas que podem ser observadas. *“A ação não são eventos conectados casualmente, mas eventos que são conectados significativamente dentro de uma estrutura categórica de meios e fins”* (p. 66). É impossível ter um conhecimento prévio das escolhas de um indivíduo, de quais são suas necessidades, e custos específicos.

Encerrando a primeira parte dos seus objetivos, Hoppe coaduna a epistemologia da praxeologia com relação a geometria euclidiana, que é definida em suas palavras:

Na verdade, ignorando por um momento que o status de ciência *a priori* da geometria foi fundamentalmente baseado em nosso entendimento da ação e na medida de que a praxeologia teria que ser considerada a disciplina cognitiva mais fundamental, o papel peculiar da praxeologia adequado dentro do sistema completo da epistemologia pode ser entendido como algo análogo a geometria. A praxeologia é para o campo de ação o que a geometria euclidiana é para o campo das observações (não ações). Do mesmo modo que a geometria incorporada em nossos instrumentos de medição limitam a estrutura espacial da realidade observável, a praxeologia limita a gama das coisas que podem ser experimentadas no campo das ações (p. 67).

Para desfechar a obra, no capítulo 6, Hoppe finaliza com a segunda etapa do seu objetivo. Mais do que um pensamento incontestável, a solução de Mises para a fundamentação epistemológica das ciências econômicas visa reconstruir todo edifício da tradicional filosofia racional, agora, resistente aos ataques dos céticos e relativistas, visto que ambos são contraditórios. Com a fundamentação epistêmica praxeológica torna-se possível a edificação de toda tradição do racionalismo ocidental. ∞

Douglas Cavalheiro

Graduado e Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Relações Públicas do jornal mensal *O Coyote*

douglas.cavalheiro@gmail.com